

PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004
(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº _____

Dê-se ao caput do art. 14 do Projeto de Lei a seguinte redação:

“Art. 14. O Presidente da República nomeará o Ouvidor dentre os nomes indicados em lista tríplice pela Câmara dos Deputados, para mandato de dois anos.” (NR)

JUSTIFICATIVA

As modificações introduzidas à Ouvidoria pelo presente Projeto de Lei constitui um ataque frontal à independência das Agências Reguladoras.

Em uma economia social de mercado, o papel da agência reguladora é de fundamental importância para que o mercado – que, na realidade, não possui

uma “mão invisível” e tende à concentração, práticas anti-concorrenciais, a bolhas e crises – funcione o mais próximo possível do ideal de concorrência perfeita, informação completa e eficiência.

Para tanto, a independência da Agência Reguladora é de fundamental importância, pois confere ao mercado estabilidade de regras, continuidade de contratos, e memória institucional. Garante, ainda, que a percepção do risco político associado ao investimento no País por capitais estrangeiros seja reduzido.

Propomos, para a manutenção da independência das Agências Reguladoras, que o ouvidor seja indicado ao Presidente da República pela Câmara dos Deputados, de forma a preservar sua neutralidade e garantir a independência da agência.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2004.

Deputado **Fernando Coruja**
PPS/SC